

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes

GT Deslocamentos Compulsórios

Brasília, 21 de junho de 2018

A última reunião do Grupo de Trabalho sobre Deslocamentos Compulsórios, no âmbito da iniciativa *Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*, em Brasília contou com representantes de diversos segmentos dos setores público e privado, assim como da academia e da sociedade civil para, conjuntamente, avaliarem o escopo preliminar das diretrizes para deslocamentos compulsórios. As discussões foram subsidiadas pelo acúmulo organizado a partir de análises documentais, debates realizados no âmbito do Grupo de Trabalho em reuniões anteriores, bem como a partir de recomendações do grupo de focal constituído em Altamira/PA e de entrevistas com atores e instituições estratégicos.

Após breve apresentação do processo de construção de diretrizes, objetivos do GT Deslocamentos Compulsórios e proposta de pauta, foram detalhados os principais aspectos da etapa de consulta pública na construção de diretrizes, tais como formato, alcance, escopo e prazos. A proposta foi percebida pelos participantes como efetiva oportunidade de participação no processo de construção, tendo o GT identificado a possibilidade de ampla divulgação da temática a partir da consulta. As discussões rondaram, sobretudo, o momento e prazos de realização da consulta pública, tendo o GT recomendado sua ampliação.

Em seguida, a partir da apresentação sistematizada das premissas e blocos de diretrizes relacionadas ao tema deslocamentos compulsórios, foi realizado amplo debate com expressiva participação do público presente. Destaque na discussão para a centralidade do atingido no planejamento, na tomada de decisão e nos impactos na vida das famílias, envolvendo questões que extrapolam os aspectos materiais. Neste sentido o estabelecimento de espaços e arranjos de governança para gestão coletiva de todo o processo de deslocamento, que permitam o envolvimento da população na tomada de decisão, bem como no

acompanhamento e monitoramento dos resultados dos processos de mitigação e reparação, tiveram importância remarcada.

Sobre a transparência e participação na elaboração de Termos de Referência e Diagnósticos e Estudos de Impacto, foram mencionados instrumentos que permitam o envolvimento da população na identificação e avaliação dos impactos. O IBAMA compartilhou brevemente com o grupo sua experiência na elaboração participativa de TRs, apontando para os desafios nesta ação, que esbarram, sobretudo, na falta de informação da população e de instituições locais sobre o processo de avaliação de impactos. Ainda assim, foi remarcado o potencial gerador de bons resultados, e algumas metodologias foram indicadas como adequadas aos processos, tais como diagnósticos participativos, cartografia social e a própria consulta estabelecida pela convenção 169 da OIT – entendendo sua funcionalidade como ferramenta de participação social ao longo do processo de deslocamento e reparação.

A participação dos atingidos permeou todo o debate, que apontou também para seu envolvimento nos processos de elaboração e de realização dos cadastros socioeconômicos, com garantia da criação de categorias e parâmetros ajustados à realidade e territorialidades dos diferentes grupos sociais. A transparência dos cadastros, bem como de outros documentos que envolvam o processo de deslocamento (cadernos de preço, laudos técnicos, etc.), foi mencionada como elemento fundamental, ainda que entraves burocráticos tenham sido mencionados por alguns atores.

Sobre as negociações, também foram bem recebidas a garantia de direito de escolha, a mediação jurídica, o acompanhamento do Estado e comunitário, sendo a busca por consenso a estratégia com melhores resultados. Algumas instituições apontaram para a possibilidade de judicializações como caminho mais seguro às negociações, ainda que possa significar morosidade ao avanço dos projetos e entraves a soluções eficazes e que reduzam o sofrimento dos atingidos.

Restauração dos meios e modos de vida em condições iguais ou superiores às que antecederam o deslocamento, em consonância com os padrões internacionais sobre deslocamento compulsório, foi indicado também como premissa, devendo ser preocupação que permeie todo o processo. É de entendimento do grupo que tais condições devem basear-se nos preceitos da moradia adequada, que em sua amplitude transpassa os limites da casa, estendendo-se para relações sociais, atividades produtivas, e formas de uso do território, podendo ser alcançada com intenso envolvimento dos atingidos na busca de soluções. A regularização fundiária das áreas e a busca por segurança jurídica dos lotes e territórios ocupados deve ser medida antecipatória ao processo, favorecendo tanto a mensuração quanto a mitigação dos impactos sofridos pelas famílias. A importância de que os reassentamentos, ou ao menos as negociações, tenham sido finalizadas em etapas anteriores à operação dos projetos, foi mencionada em referência aos padrões internacionais sobre deslocamento compulsório. A necessidade de monitorar processos de mitigação, com garantia de reavaliação e repactuação, também foi trazida fortemente pelo grupo.

De forma geral, o GT considerou que as premissas e diretrizes abordam temas prioritários e que devem ser tratados no debate sobre deslocamentos compulsórios.

Ao final, o GT manifestou a relevância da continuidade dos debates, especialmente na construção de propostas de orientações, notas técnicas, portarias, ou legislação que auxiliem na normatização dos processos de deslocamentos compulsórios de pessoas atingidas por grandes obras.

Em decorrência das inúmeras contribuições e recomendações do GT em relação às premissas e às diretrizes organizadas para a temática deslocamentos compulsórios, conteúdos registrados detalhadamente em documento de referência temático, frisou-se que seguirão etapas de revisão e adequação, aprimorando o documento. Por fim, a equipe FGVces/IFC se comprometeu com a

análise das demandas do GT em relação ao momento e aos prazos de realização da consulta pública.

QUEM PARTICIPOU

Participaram da reunião: Bruna Talita Pereira e George Yun (Ministério dos Transportes); Carlos Alberto Ramos Ansarah (Incra); Dulce Maria Pereira (UFOP); Maria Francineide Ferreira dos Santos (Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte); Maura Rosangela Miler (Banco do Brasil); Raquel Alves da Silva e Frederico Baião (Vale); Aline Carvalho, Paula Márcia de Melo, Rodrigo Santos, Telma Moura e Henrique Marques Ribeiro Silva (Ibama); Márcio Hirata (Instituto Rede Terra); Aluizio Marino (Observatório das Remoções); Cecilia Pires Isaac Borges Woortmann e Tiago Cardoso Ferreira (DNIT); Mailson Cruz (estudante); Marta Bandeira (BNDES); Michele Oliveira (Instituto Votorantim); Olívia Cirne (ERM); Daniel Rondinelli Roquetti (IEE/USP); Gracinda Magalhães (Conselho Municipal de Saúde de Altamira); Marcel Hazeu (UFPA); Miranda Chase (Universidade de Massachusetts); Willy Vukan (Jacobs); Tiago Cantalice (Fundação Cultural Palmares), além das equipes do FGVces e IFC. *Os participantes não necessariamente representam as visões de suas instituições.*

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 130 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

Em março de 2017 foi lançado um conjunto de diretrizes sobre os temas: Planejamento e Ordenamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Crianças, Adolescentes e Mulheres; Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas; Capacidades Institucionais, e; Supressão Vegetal Autorizada.

A segunda etapa do projeto conta com esforço de difusão, implementação e internacionalização das diretrizes já construídas, bem como construção do GT-Deslocamentos Compulsórios, para elaboração de diretrizes específicas para este tema. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

Quer participar?

Saiba mais: <http://diretrizes-grandesobras.gvces.com.br>